

É hora de definir melhor os programas

Joyce Jane

Reduzir drasticamente a inflação, fazer o Brasil voltar a crescer aos seus níveis históricos e promover aumentos reais de salários foram algumas das promessas feitas pelos candidatos à presidência da República nesses seis meses de campanha eleitoral. Agora falta dizer como eles vão cumprir essas promessas. Nos programas de governo apresentados pelos partidos distribuem-se benefícios mas não se mostra quem é que vai pagar os custos. "Pelos programas econômicos dos candidatos que vão se enfrentar no segundo turno, é impossível julgar a viabilidade dos programas porque eles são incompletos", analisa o diretor do departamento de economia da PUC-Rio, Eduardo Modiano.

Ele e Dionísio Carneiro — que também é economista da PUC — estudaram os programas dos principais candidatos e das dificuldades de definição, os dois economistas resolveram traçar os diferentes cenários que o Brasil vai viver com a posse do novo presidente. O resultado não foi animador: o país vai passar pelo menos dois anos de grandes dificuldades econômicas, com possibilidades de aceleração ainda maior da inflação no curto prazo.

Cenários diferentes — Pela idealização dos economistas, existem três cenários básicos que o Brasil poderá viver a partir do ano que vem. Um deles é a implantação do projeto neoliberalizante, onde um grande plano ortodoxo, seguido de uma decisão de abrir radicalmente a economia ao mercado internacional, levaria o Brasil a crescer e a inflação a cair a partir de 1992. Até lá, o país mergulharia numa profunda recessão. Outro cenário mostra uma reforma fiscal pro-

funda, que saneia as finanças do Estado e faz o Brasil voltar a crescer e a inflação a cair também em 1992. Há ainda a possibilidade do novo presidente não realizar modificações profundas, o que levaria o país a repetir o um governo Sarney melhorado.

Os cenários traçados pelos economistas da PUC não são puros, ou seja, não se imagina que o próximo presidente o adote integralmente. Pode-se combinar elementos propostos em um e em outro, como por exemplo adotar o cenário neoliberalizante com um forte ajuste fiscal, como propõe, por exemplo, o programa econômico do candidato Fernando Collor de Mello. Uma reforma fiscal e monetária muito fortes foram também propostos pelos candidatos de esquerda.

O fato é que bons ventos não devem soprar sobre o país nesse próximo ano. O PIB cai em qualquer cenário projetado pelos dois economistas e a inflação também não se reduz radicalmente em nenhuma das projeções — a mais otimista projeta uma taxa de 635% para o ano que vem.

Mas não se pode fazer nesse momento nenhuma afirmação sobre o que o Brasil vai passar no ano que vem em função do candidato eleito.

Até agora, as equipes econômicas preferiram não detalhar a forma de atingir seus objetivos mas chegou a hora de fazer essa cobrança. O caos econômico é o principal problema que o novo presidente terá que enfrentar, talvez até mesmo antes de eleito, compondo com a atual equipe do governo depois das eleições e antes da posse. É assim em qualquer país democrático. Por isso, até o segundo turno, a hora será de cobrar definições e tentar saber quem será mais atingido com as medidas econômicas do novo presidente. Para votar, será preciso saber o que cada um pretende fazer. É hora do bolso influenciar o voto.